

DECRETO No. 24.818 de 27 JANEIRO DE 2.005

Regulamenta a realização de pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominado pregão eletrônico, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, do Poder Executivo, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o art. 54, inciso IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 20

02,

CONSIDERANDO que o Decreto, 21.178 de 27 de setembro de 2000, que regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Executivo Estadual, da modalidade de licitação denominada pregão,

CONSIDERANDO que a realização de licitação na modalidade pregão utilizando recurso de tecnologia de informação propicia maior segurança, transparência, agilidade e amplia a competição, contribuindo para a redução de gastos da Administração Pública.

DECRETA :

Art. 1º - A realização, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Amazonas, de licitações na modalidade de pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominado pregão eletrônico, destinado à aquisição de bens e serviços comuns, é disciplinado por este Decreto.

§ 1º - As normas e os procedimentos estabelecidos neste Decreto aplicam-se aos órgãos da Administração Direta, às Autarquias e às Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Executivo.

§ 2º - O ComprasNet.AM, com endereço eletrônico "www.licitar.am.gov.br", é o portal de compras definido pelo Poder Executivo, a ser utilizado para a realização do pregão eletrônico e demais aquisições de bens e serviços por meio de recursos de tecnologia da informação.

§ 3º - As sociedades de economia mista e as empresas públicas integrantes da Administração Pública Estadual deverão, em até 60 (sessenta) dias após a publicação

deste Decreto, editar regulamentos próprios e iniciar a operacionalização imediata da modalidade pregão utilizando recursos de tecnologia da informação.

Art. 2º - O pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns destinados aos órgãos definidos no artigo 1º § 1º, é conduzido sob pela Comissão Geral de Licitação, órgão promotor das licitações do Estado, que atuará como Coordenador do ComprasNet.AM, utilizando para tanto, recursos da tecnologia da informação próprios ou de outros órgãos e entidades, mediante acordos de cooperação técnica.

Art. 3º - Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - MÉTODOS DE AUTENTICAÇÃO DE ACESSO: recursos de tecnologia da informação que visam garantir a autenticidade da identificação de quem está acessando as informações do sistema e das informações que estão sendo disponibilizadas.

II - RECURSOS DE CRIPTOGRAFIA: recursos que permitem escrever informações e dados em cifra ou em código, mediante o uso de uma palavra chave secreta, de forma a permitir que, apenas quem tem acesso a ela, possa decifrar ou compreender esses dados informações;

III - SISTEMA ELETRÔNICO: conjunto de programas de computador utilizando recursos de tecnologia da informação para automatizar rotinas e processos;

IV - PROVEDOR: organização ou companhia que provê serviços de armazenamento de dados, desenvolvimento, manutenção, hospedagem, acesso ao sistema eletrônico e à Internet e garante a segurança e a integridade de informações, dentre outros serviços;

V - CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO: conjunto de caracteres que identificam, individualmente, o usuário do sistema eletrônico;

VI - CREDENCIAMENTO: situação na qual os envolvidos com o sistema eletrônico possuem ou passem a possuir chave de identificação e senha para acesso ao mesmo.

VII – ÓRGÃO PROMOTOR DA LICITAÇÃO: órgão legalmente autorizado à realização de licitações.

Art. 4º - Os pregões eletrônicos serão realizados em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo Único - O sistema referido no “caput” deste artigo empregará métodos de autenticação de acesso, recursos de criptografia e outros que garantam condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 5º - Serão previamente credenciados, perante o Coordenador do sistema eletrônico, o Representante do órgão promotor da licitação, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio.

§ 1º - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º - A chave de identificação e a senha podem ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação no Cadastro de Fornecedores.

§ 3º - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao Coordenador do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo, ao provedor do sistema ou ao órgão coordenador do sistema, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º - O credenciamento perante o Coordenador do sistema implica em responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Art. 6º - Cabe ao fornecedor:

I - Credenciar-se, previamente, junto ao Provedor do Sistema, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;

II - Submeter-se às presentes exigências, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes no instrumento convocatório;

III - Acompanhar as operações no Sistema durante a sessão pública virtual, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou de sua desconexão com o Sistema;

IV - Responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como os riscos inerentes ao uso indevido de sua senha de acesso.

Art. 7º - Caberá ao Presidente da Comissão Geral de Licitação, além das atribuições decorrentes das disposições previstas no artigo 6º do Decreto n.º 21.178, de 27 de setembro de 2000, providenciar o credenciamento, junto ao Coordenador do Sistema, do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio a serem designados para a condução dos pregões.

Art. 8º - As atribuições do pregoeiro incluem:

I - A abertura da sessão pública;

II - o recebimento e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico;

III - o recebimento e exame da documentação de habilitação;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances;

V - a negociação direta com o proponente, na forma da lei, objetivando a obtenção de melhor preço;

VI - a elaboração da ata;

VII – encaminhamento da ata para a autoridade responsável pela adjudicação;

VIII - a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio;

IX - o recebimento e encaminhamento dos recursos para decisão da autoridade responsável pelo julgamento;

Art. 9º - A fase preparatória do pregão eletrônico deverá obrigatoriamente obedecer o disposto nos artigos 7º, 8º e 9º do Decreto nº 21.178 de 27 de setembro de 2000, excetuando-se quanto a situação prevista no artigo 9º parágrafo único inciso II.

Art. 10 - A fase externa do pregão eletrônico é regida pelas regras especificadas nos artigos 10, 15 e 16 do Decreto n.º 21.178 de 27 de setembro de 2000, e pelo seguinte:

I - do edital e do aviso também devem constar o endereço eletrônico da internet onde ocorrerá a sessão pública e a indicação expressa de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico;

II - todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública deverá observar o horário de Brasília - DF, sendo registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

III - os licitantes ou seus representantes legais deverão estar credenciados perante o Provedor, no prazo mínimo de 24 horas antes da data de realização do pregão eletrônico;

IV - a participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do representante do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço em data e horário previstos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

V - como requisito para a participação no pregão, o licitante deve manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

VI - no caso de contratação de serviços comuns, as planilhas de custos previstas no edital deverão ser encaminhadas em formulário eletrônico específico, juntamente com a proposta de preço;

VII - poderá ser desclassificada pelo pregoeiro para a etapa de lances, a proposta que não atender integralmente os requisitos dispostos no edital;

VIII - caso não se realizem lances, deverá ser verificada a conformidade entre a proposta apresentada de menor preço e o valor estimado para a contratação;

IX - em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os praticados pelo mercado, esta poderá ser aceita, cabendo ao pregoeiro a negociação para obtenção do melhor preço;

X - aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor, classificada, podendo os licitantes encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

XI - os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

XII - só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

XIII - não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

XIV - durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

XV - a etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances por lote, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrado o recebimento de lances para o lote;

XVI - alternativamente ao disposto no inciso anterior, desde que previsto no edital e com justificativa do pregoeiro registrada em ata, o encerramento antecipado da sessão pública poderá ocorrer por sua decisão, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances do lote e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances para o lote;

XVII - para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XVIII - examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

XIX - o pregoeiro deve anunciar o licitante detentor da melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

XX - no caso de contratação de serviços comuns, ao final da sessão o licitante detentor

da melhor proposta deve encaminhar a planilha de custos referida no inciso VI, com os respectivos valores readequados ao valor total representado pelo lance vencedor;

XXI - como requisito para a celebração do contrato, o licitante detentor da melhor proposta apresentará o documento original da proposta e da planilha de custos;

XXII - declarado o vencedor, qualquer licitante, durante a sessão eletrônica, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, durante a sessão eletrônica, registrado em ata, sendo concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XXIII - encerrada a etapa de lances da sessão pública, ordenadas as ofertas e finda a fase recursal, se houver, o licitante detentor da melhor oferta comprovarão, de imediato, a situação de regularidade na forma prevista no edital, devendo a comprovação se dar mediante remessa da documentação via fax, sendo considerada condição indispensável para a contratação, o encaminhamento do original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

XXIV - se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

XXV - a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e as demais informações relativas à sessão pública do pregão devem constar de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidades previstas na legislação pertinente;

XXVI - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XXVII - na situação a que se referem os incisos XIX e XXVI deste artigo, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para obtenção do melhor preço;

XXVIII - no caso de existirem recursos, o Presidente da Comissão Geral de Licitação, após o julgamento deve adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

XXIX - homologada a licitação pelo autoridade competente que solicitou a aquisição, o adjudicatário deve ser convocado para assinar o contrato, quando for o caso, no prazo definido em edital;

XXX - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XXIV deste artigo.

Art. 11 - Para os efeitos deste Decreto, aplicar-se-á ainda o disposto nos artigos 2º a 5º e de 17 a 24 do referido Decreto n.º 21.178, de 27 de setembro de 2000.

Art. 12 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, referida no artigo 10, inciso V deste Decreto, sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

Art. 13 - Havendo desconexão do pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo Único. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão deve ser automaticamente suspensa, e será reiniciado somente após prévia e expressa comunicação aos participantes.

Art. 14 - As informações adicionais pertinentes aos processos de compras deverão ser obtidas na Comissão Geral de Licitação, a partir da divulgação do instrumento convocatório, sendo resolvidos os casos omissos pela sua unidade competente de compras e/ou pelo pregoeiro.

Art. 15 - Aplicam-se, subsidiariamente, para a modalidade de que trata este Decreto, as normas das Leis Federais n.º 8.666 de 21 de junho de 1.993 e 10.520 de 17 de junho de 2.002.

Art. 16 - Fica a Comissão Geral de Licitação, autorizada a promover atos para a resolução dos casos omissos e a expedir instruções complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 17 - O pagamento decorrente das contratações oriundas da modalidade disposta neste decreto será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da entrega do bem ou serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

Art. 18 – Ficam estabelecidas as seguintes metas, resultantes da implementação dos procedimentos regulamentados por este Decreto:

I – Entre 60 e 90 dias da publicação deste Decreto, pelo menos 20% dos pregões com aviso publicado, devem atender as disposições deste;

II – Entre 60 e 180 dias da publicação deste decreto, pelo menos 40% dos pregões com aviso publicado, devem atender as disposições deste;

III – Entre 60 e 360 dias da publicação deste decreto, pelo menos 60% dos pregões com aviso publicado, devem atender as disposições deste;

Parágrafo único: Fica a Comissão Geral de Licitação – CGL incumbida a zelar pelo cumprimento das metas enumeradas neste artigo, cabendo à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN a coordenação e acompanhamento no que se refere ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 19 - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de janeiro de 2.005.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado

JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

OZIAS MONTEIRO RODRIGUES
Secretário de Estado de Planejamento
e Desenvolvimento Econômico

ISPER ABRAHIM LIMA
Secretário de Estado da Fazenda